150770 – Agrupamento de Escolas de Cristelo
R. Dr. Adriano Magalhães, nº 201,
4580 – 352 Cristelo
Telefone: 255 783 280 / email: aecris@agcristelo.edu.pt

Cofinanciado por:

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)

Documento Orientador

Educação Pré-Escolar

1º ciclo (2º ao 4º ano)

2º ciclo (5º e 6º anos)

3º ciclo (7º ao 9º ano)

Ensino Secundário

Programa da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento

Equipa da Estratégia da Educação para a Cidadania

2023/2024

A Estratégia alicerça-se na proposta elaborada e apresentada ao Governo em janeiro de2017 pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (doravante GTEC) criado por despacho conjunto (Despacho n.º 6173/2016, publicado no D.R., II.ª Série, n.º 90, de 10de maio de 2016) da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Secretário de Estado da Educação, com a missão de conceber uma estratégia de Educação para a Cidadania, a implementar nas escolas.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Programa da disciplina de

Cidadania e Desenvolvimento

Documento Orientador

Educação Pré-Escolar

1º ciclo (2º ao 4º ano)

2º ciclo (5º e 6º anos)

3º ciclo (7º ao 9º ano)

Ensino Secundário

Índice

1. Enquadramento teórico 3
2. Estrutura organizacional....4
3. Objetivos gerais....4
4. Operacionalização....5
5. Grupos temáticos a desenvolver....5
6. Avaliação....7
7. Instrumentos de Avaliação....8
8. Critérios de Avaliação 8
9. Níveis de classificação.... 13
10. Proposta de atividades 13
11. Metodologia.... 14
12. Distribuição letiva.... 16
13. Áreas Temáticas 17
14. Sugestões curriculares.... 18
15. PASSAPORTE/CERTIFICADO DO ALUNO 22
16. PRINCÍPIOS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO 24
17. Documentos Internacionais e Nacionais de Referência a Nível Internacional 26

1. Enquadramento teórico

Durante largos anos, a Formação Cívica fez parte integrante do plano de estudos nacional dos alunos dos 1º, 2º e 3.º ciclos do ensino básico, sendo-lhe, então, concedido o estatuto de *área curricular não disciplinar*, sujeita a uma avaliação qualitativa.

Em 2012, o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, vem retirar dos *curricula* nacionais as áreas curriculares não disciplinares e, simultaneamente, conferir às escolas a possibilidade de optarem, num tempo semanal de *Oferta Complementar*, pela disciplina que mais se adeque ao seu Projeto Educativo e às respetivas comunidades escolares.

Em 2017, com o surgimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, constituiu-se um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências do século XXI.

A inclusão desta área no currículo justifica-se pelo reconhecimento, inscrito na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Perfil dos Alunos, de que compete à escola garantir a preparação adequada para o exercício de uma cidadania ativa e esclarecida, bem como uma adequada formação para o cumprimento dos objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) vem, assim, reforçar a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis de educação e ensino, respeitando os princípios, valores e áreas de competências enunciados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A ENEC integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.

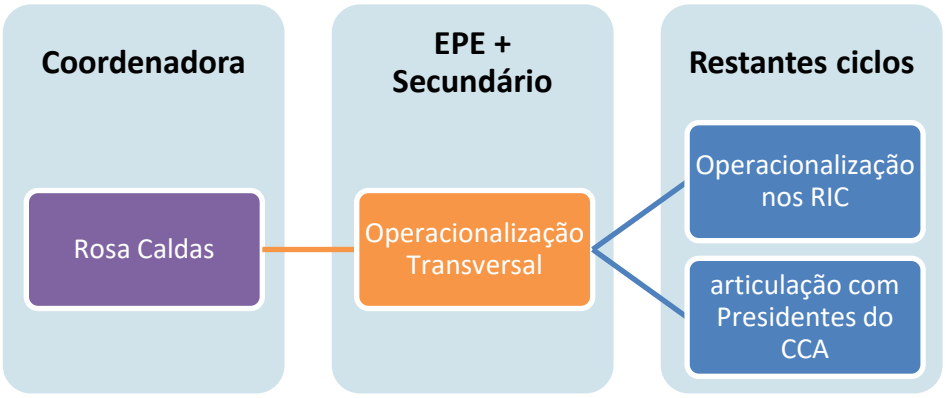
Com a crescente autonomia consagrada pelo agora Plano de Inovação (PI), no âmbito da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, faz ainda mais sentido para o Agrupamento de Escolas de Cristelo integrar, do 1º ao 3º ciclo, uma programação sobre temas que consideramos transversais à educação para a cidadania e à consciente participação dos nossos alunos na escola e na

sociedade. Propomos que na Educação Pré-Escolar, bem como nos primeiro, segundo e terceiro ciclos sejam abordadas e exploradas temáticas pertinentes a uma formação integral dos alunos. A cidadania não é uma atitude passiva e por isso merece-nos diligências em prol da sua atualidade, com forte enfoque no desenvolvimento de capacidades que permitam ao aluno ser mais interventivo na sociedade, pelo que, no ensino básico, faz muito mais sentido agregar a CD no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular (RIC), no contexto do Plano de Inovação.

A inclusão desta área pretende criar dinâmicas que contribuam para desenvolver competências e aprendizagens no domínio da Educação para a Cidadania, sem prejuízo das atividades que se podem desenvolver nas outras disciplinas ou áreas curriculares, no quadro da sua dimensão transversal. A oferta desta disciplina vem potenciar um espaço privilegiado de trabalho e reflexão, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, solidários e participativos na comunidade, aptos a colaborar na construção de uma sociedade mais justa.

2. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da CD não é alheia ao Plano de Inovação, já que é uma disciplina agregada nos RIC, no caso do ensino básico e é desenvolvida de forma transversal na educação pré-escola e ensino secundário. Assim, os docentes dos RIC, com enfoque no presidente do Conselho de Coordenação de Avaliação (CCA), que preside à equipa educativa dos RIC, assumem um papel crucial na estrutura organizacional, quer na avaliação, de cordo com o esquema seguinte:



3. Objetivos gerais

- Desenvolver atitudes de responsabilidade pessoal e social dos alunos na constituição dos seus projetos de vida, numa perspetiva de formação para a cidadania participada, para a

aprendizagem ao longo da vida e para a promoção de um espírito empreendedor.

- Promover uma cultura de liberdade, participação, reflexão, qualidade e avaliação que realce a responsabilidade de cada um nos processos de mudança pessoal e social.
- Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de processos participativos na vida escolar e na vida pública e na assunção de direitos e deveres como garante da sua individualidade e de coesão social.

4. Operacionalização

(Conforme constam no enquadramento das aprendizagens essências para a CD)

O modelo proposto de operacionalização prevê três vertentes de desenvolvimento desta componente, a saber:

1. Transversalmente na gestão curricular disciplinar e multidisciplinar (toda a escolaridade);
2. Especificamente na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CD) (1.º, 2.º e 3.º ciclos)[1];
3. Globalmente em projetos de escola (toda a escolaridade).

Os domínios da Cidadania e Desenvolvimento (CD) estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas:

1. Obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais).
2. Trabalhado pelo menos em dois ciclos do ensino básico.
3. Com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

No âmbito da CD, consideram-se aprendizagens esperadas por ciclo e por domínios:

1. Conceção de cidadania ativa;
2. Identificação de competências essenciais de formação cidadã (Competências para uma Cultura da Democracia);
3. Identificação de domínios essenciais (ex. Interculturalidade, direitos humanos, igualdade de género, sustentabilidade, media, saúde) – em toda a escolaridade.

5. Grupos temáticos a desenvolver

Os domínios a desenvolver na componente da CD organizam-se em três grupos com implicações diferenciadas, do seguinte modo:

[1] Para mais informação a este nível deverá ser consultado o PEDC ou o Guião de Orientação Estratégica

1.º Grupo - Obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais).

a) Direitos Humanos
b) Igualdade de Género
c) Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa);
d) Desenvolvimento Sustentável
e) Educação Ambiental
f) Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico).

2.º Grupo - Trabalhado pelo menos em dois ciclos do ensino básico.

a) Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva);
b) Media
c) Instituições e participação democrática
d) Literacia financeira e educação para ao consumo
e) Segurança rodoviária

3.º Grupo - Com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

a) Empreendedorismo (nas suas vertentes económica e social);
b) Mundo do Trabalho
c) Risco
d) Segurança, Defesa e Paz
e) Bem-estar animal
f) Voluntariado
g) Outras, de acordo com as necessidades diagnosticadas pela escola e que se enquadra no conceito de EC proposto pelo Grupo)

O desenvolvimento desta componente deve ser consolidado, de modo que as crianças e jovens, ao longo dos diferentes ciclos, experienciem e adquiram competências e conhecimentos de cidadania, em várias vertentes. Os referenciais de educação elaborados pelo Ministério da Educação, em colaboração com outros organismos e instituições públicas e diversos parceiros da sociedade civil, assumem-se como documentos de referência para os domínios a desenvolver Na Cidadania e Desenvolvimento (CD), não se constituindo como guias ou programas prescritivos, mas instrumentos que, no âmbito da autonomia de cada estabelecimento de ensino, podem ser utilizados e adaptados em função das opções a definir em cada contexto, enquadrando as práticas a desenvolver.

A componente da CD, em todos os níveis e ciclos de ensino, é objeto de avaliação, em conformidade com a sua presença nas matrizes curriculares-base e no quadro da legislação em vigor.

6. Avaliação

Conforme estratégia nacional de educação para a Cidadania; setembro 2017), a disciplina Cidadania e Desenvolvimento, enquanto disciplina autónoma, constitui-se como espaço potenciador da valorização de uma abordagem interdisciplinar ao nível do Conselho de Turma, sempre que se verifique a interligação curricular com outras disciplinas, ao nível das aprendizagens (…). O processo de ensino, aprendizagem e avaliação nesta disciplina deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno e aluna através de evidências.

Tendo em conta as características desta componente, a avaliação deverá ter lugar de forma contínua e sistemática, adaptada aos avaliados, às atividades e aos contextos em que ocorre. Assim, as formas de recolha de informação deverão ser diversificadas e devem ser utilizadas diferentes técnicas e instrumentos de avaliação, valorizando o desenvolvimento atividades.

Nos 1.º, 2.º e 3.º ciclo a CD, como disciplina agregada, nos Referenciais de Integração Curricular (RIC) terá a classificação dos RIC, nos termos do Plano de Inovação, sob orientação da equipa da Estratégia de Educação para a Cidadania.

A avaliação compreende as modalidades formativa e sumativa. A avaliação sumativa, a realizar no final de cada período, expressa-se de forma qualitativa e quantitativa, na escala de 1 a 5, contando para a progressão ou retenção do aluno.

A avaliação das aprendizagens está enquadrada nos normativos legais em vigor:

1. Avaliação qualitativa no 1.º ciclo do EB, como as restantes disciplinas.
2. Avaliação quantitativa nos 2.º e 3.º ciclos do EB
3. Avaliação descritiva no ensino secundário.

Descritores e indicadores de aprendizagem

1. Ser Respeitador da diferença do outro
   a. Reconhece e considera opiniões e sentimentos alheios.
   b. Desenvolve/organiza ações solidárias.
2. Participativo/colaborador
   a. Colabora com outros, apoia terceiros em tarefas.
   b. Participa em experiências de intercâmbio cultural, ou de trabalho na escola ou de serviço comunitário e reflete sobre elas, tomando consciência das aprendizagens daí decorrentes.

4. Indagador/ Investigador
   a. Procura e aprofunda informação.
5. Conhecedor/ reprodutor
   a. Evidencia conhecer o tema tratado.
6. Comunicador
   a. Expressa opiniões, ideias e factos.
   b. Argumenta e debate as suas ideias e as dos outros.
7. Criativo
   a. Analisa criticamente situações sociais e o seu próprio desempenho

7. Instrumentos de Avaliação

→ Trabalho de grupo.
→ Fichas de avaliação de apresentação de trabalhos.
→ Listas de observação.

8. Critérios de Avaliação

1. Resultados do Domínio Cognitivo

Esta categoria de resultados está associada à compreensão e ao conhecimento dos conteúdos veiculados. Neste tipo de resultados enquadra-se:

- O conhecimento das regras da vida coletiva; os seus objetivos e finalidades; as suas origens e a forma como evoluíram historicamente.
- A compreensão das sociedades democráticas.
- O funcionamento das instituições públicas e organizações não-governamentais, de natureza nacional e internacional.
- A compreensão mais vasta do ser humano, do mundo e dos debates do nosso tempo.
- O conhecimento dos procedimentos, inextricavelmente associado ao domínio pragmático, que se traduz, por exemplo, em saber o que constitui um debate e como este se processa.

A avaliação das competências descritas nesta categoria (cognitiva) é relativamente simples e linear.

Os conhecimentos adquiridos podem ser avaliados através de:

- Testes escritos, provas;
- Apresentações orais, fichas, inventários ou instrumentos similares.

2. Resultados do Domínio das Atitudes e Valores (Domínio Socio afetivo)

Os resultados afetivos estão intimamente associados ao:

- Desenvolvimento de valores e atitudes, nomeadamente dos valores subjacentes à democracia e aos direitos humanos.

O conjunto de valores que um determinado indivíduo defende, influencia os seus processos de tomada de decisão e as ações subsequentes. Como os valores influenciam a construção identitária e relacional da pessoa, também se tornam resultados de aprendizagem fulcrais na educação para a cidadania democrática.

As atitudes e os valores apenas adquirem sentido quando se traduzem em capacidades de ação, tais como:

- A capacidade de cooperar com os outros;
- Assumir iniciativas conjuntas;
- Resolver pacificamente os conflitos e participar em debates.

3. Resultados do Domínio Pragmático ou Ativo

Os resultados pragmáticos traduzem-se na capacidade do aluno:

- Tomar iniciativas;
- Participar responsavelmente na vida social, na medida das suas possibilidades e oportunidades.

A avaliação das competências contempladas nas duas categorias afetivas e pragmáticas coloca mais desafios ao professor, pois a sua mensuração exige um esforço de reflexão acrescido e uma flexibilização procedimental. Este desafio poderá transformar-se numa oportunidade, pois permite ao professor escolher e adotar o tipo de avaliação que melhor se adapta ao aluno, contribuindo para aumentar a sua motivação e empenho (Richardson, 2007).

Embora a avaliação seja flexível, pressupõe a definição rigorosa dos elementos de aprendizagem a avaliar, para conceber instrumentos ou procedimentos de avaliação apropriados (Fonseca, 2003).

Afigura-se crucial a **explicitação dos objetivos da aprendizagem** e a **clarificação dos critérios de avaliação**, para o professor saber o que está a avaliar e para o aluno saber o que é esperado do seu desempenho.

Os objetivos da aprendizagem devem ser apresentados no início do ano letivo e/ou de cada unidade temática. Os alunos devem ser informados dos conteúdos programáticos a lecionar e das competências e atitudes a desenvolver.

Para além disso, é relevante que sejam progressivamente chamados a participar na definição e (re) ajustamento dos objetivos. Os critérios de avaliação constituem a base referencial a partir da qual o professor irá apreciar os trabalhos e as aprendizagens do aluno, sendo importante que este conheça os critérios e manifeste as representações que deles tem. Uma **relação pedagógica assente na reciprocidade e na partilha**, baseada no diálogo e na negociação, permite a co-construção do processo de ensino-aprendizagem, desde a definição dos objetivos e critérios de avaliação até à planificação das tarefas e atividades de aprendizagem.

A relação pedagógica que se desenvolve ao longo do tempo influencia o conhecimento que o professor dispõe das características dos seus alunos. Este conhecimento é da maior importância na identificação de diferentes **estilos de aprendizagem** que permitam a definição estratégias que otimizem a aprendizagem. É também com base neste conhecimento que o professor pode planificar a implementação de estratégias de **diferenciação pedagógica** adequadas. A diferenciação consiste na adaptação do processo de ensino-aprendizagem às aptidões do aluno e pode ser concretizada de diversas maneiras: seleção de conteúdos e recursos ou organização de tarefas e atividades; prestação diferenciada de suporte e apoio; ou gradação dos conteúdos lecionados.

A natureza multifacetada do trabalho realizado no contexto da educação para a cidadania permite que os atores envolvidos usufruam de numerosos e diversificados contextos de avaliação. Considerando que a avaliação pode decorrer em múltiplos espaços, o professor pode recorrer a um **conjunto de técnicas diversificadas**, as quais devem ser selecionadas, de preferência com os alunos, com o intuito de garantir a sua significância e promover a adesão e empenho efetivos.

- **Teste escrito ou trabalho prático**: permite analisar, através das respostas e dos trabalhos dos alunos, a capacidade de escuta e de compreensão oral, de leitura interpretativa e de expressão escrita.
- **Observação do professor**: permite a recolha de informações sobre hábitos de trabalho,

atitudes, grau de envolvimento e interesse dos alunos.

- **Apresentação oral**: possibilita a análise da capacidade de comunicação e argumentação dos alunos bem como o rigor conceptual e clareza do discurso.
- **Autoavaliação**: permite que o aluno regule as suas aprendizagens, antecipe as operações a realizar para concretizar determinada aprendizagem, identifique as suas dificuldades e procure soluções alternativas.
- **Projeto**: através da análise e reflexão sobre o trabalho desenvolvido ao longo das várias etapas de concretização do projeto e sobre a qualidade do produto final, é possível averiguar a capacidade de: 1) trabalhar autonomamente e em grupo; 2) recolher, analisar, problematizar e sintetizar informação; 3) utilizar diferentes fontes de informação; 4) relacionar e enquadrar os conhecimentos académicos com o contexto.

Em resumo, a avaliação das aprendizagens deve ocorrer sob a premissa que os alunos compreendem onde, quando e como estão a ser avaliados. Os alunos devem entender que a avaliação do exercício de cidadania requer a sua participação proactiva ao longo do processo, desde a planificação inicial até ao registo dos progressos alcançados.

EM SÍNTESE:

1. **DOMÍNIO COGNITIVO**

- Revela compreensão / aquisição/ aplicação dos conhecimentos relativos aos conteúdos lecionados
- Demonstra as competências essenciais definidas
- Pesquisa e trata informação
- Recolhe e seleciona informação necessária ao tema em estudo
- Utiliza material adequado
- Trata a informação de forma clara e adequada
- Sintetiza as análises feitas
- Retira e comunica adequadamente conclusões

2. **DOMÍNIO SOCIOAFETIVO**

2.1. ASSIDUIDADE/PONTUALIDADE

- Comparece às aulas
- Comparece à sala de aulas atempadamente

2.2. COMPORTAMENTO

- Presta atenção ao professor
- Acata as solicitações do professor
- Dialoga em voz baixa para não perturbar

-

- Respeita as opiniões dos outros
- Trata adequadamente o material escolar
- Deixa o espaço de aula devidamente organizado, arrumado e limpo
- Entra no espaço de aula ordenadamente
- Sai do espaço de aula só após a autorização do professor
- Cumpre as indicações do regulamento interno e da legislação em vigor

2.3. APRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL NECESSÁRIO

- Traz todo o material necessário à realização dos trabalhos da aula
- Apresenta o material organizado, asseado e limpo

3. DOMÍNIO PRAGMÁTICO OU ATIVO

3.1. AUTONOMIA E EMPENHO

- Revela interesse pelas atividades da aula
- Realiza as atividades propostas
- Manifesta espírito de iniciativa
- Manifesta espírito de grupo
- Coloca as suas dúvidas
- Questiona, oportunamente, o professor, de forma educada e responsável
- Regista a aula no caderno diário
- Procura resolver os problemas sozinho e só quando realmente é necessário recorre aos colegas/professor

3.2.PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS

- Realiza as atividades solicitadas pelo professor, dentro do tempo estabelecido
- Responde às questões levantadas pelo professor e colegas (diálogo vertical e horizontal)
- Apresenta os trabalhos devidamente identificados e com asseio na sua apresentação
- Coopera de forma produtiva na realização de tarefas do grupo

4. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Os instrumentos de recolha de informação são diversos de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que as mesmas ocorrem.

- Questionários escritos/orais
- Caderno diário
- Trabalhos de pesquisa / práticos, individuais/grupo
- Registos de observação na aula
- Fichas de autoavaliação

9. Níveis de classificação

Os níveis de classificação deverão contemplar as seguintes vertentes: comportamental (relação do aluno com os seus pares, dentro e fora da sala de aula, com os professores e com os restantes membros da comunidade escolar), cognitiva (conhecimentos adquiridos nas aulas desta disciplina) e afetiva (consciência cívica, tolerância e solidariedade).

O nível de classificação atribuído ao aluno deverá ter em conta a sua conduta em todas as disciplinas, no contexto do Perfil dos Alunos:

Domínios	**Perfis de desempenho por descritor e indicador de aprendizagem**				
COGNITIVO	E	D	C	B	A
compreensão / aquisição / aplicação de conhecimentos; na pesquisa e tratamento da informação e na comunicação das conclusões.	O aluno revela muita dificuldade na compreensão / aquisição / aplicação de conhecimentos; na pesquisa e tratamento da informação e na comunicação das conclusões.	O aluno revela dificuldade na compreensão / aquisição / aplicação de conhecimentos; na pesquisa e tratamento da informação e na comunicação das conclusões.	O aluno revela razoável compreensão / aquisição / aplicação de conhecimentos; na pesquisa e tratamento da informação e na comunicação das conclusões.	O aluno revela facilidade na compreensão / aquisição / aplicação de conhecimentos; na pesquisa e tratamento da informação e na comunicação das conclusões.	O aluno revela grande facilidade na compreensão / aquisição / aplicação de conhecimentos; na pesquisa e tratamento da informação e na comunicação das conclusões.
SOCIOAFETIVO	E	D	C	B	A
assiduidade e pontualidade no relacionamento interpessoal e na apresentação / organização do material necessário	Muita dificuldade no relacionamento interpessoal e na apresentação / organização do material necessário	Dificuldade no relacionamento interpessoal e na apresentação / organização do material necessário	Razoável no relacionamento interpessoal e na apresentação / organização do material necessário	Facilidade no relacionamento interpessoal e na apresentação / organização do material necessário	Grande facilidade no relacionamento interpessoal e na apresentação / organização do material necessário
PRAGMÁTICO OU ATIVO	E	D	C	B	A
autonomia e empenho e participação nas atividades propostas.	Muito pouca autonomia e empenho e participação nas atividades propostas.	Pouca autonomia e empenho e participação nas atividades propostas.	Razoável autonomia e empenho e participação nas atividades propostas.	Boa autonomia e empenho e participação nas atividades propostas.	Muito boa autonomia e empenho e participação nas atividades propostas.

PONDERAÇÃO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS NA AVALIAÇÃO		
DOMÍNIO COGNITIVO	Compreensão / aquisição / aplicação de conhecimentos Pesquisa e tratamento da informação Comunicação das conclusões	Igual ponderação
DOMÍNIO SOCIOAFETIVO	Assiduidade/pontualidade Comportamento Apresentação / organização do material necessário	
DOMÍNIO PRAGMÁTICO OU ATIVO	Autonomia e empenhamento Participação nas atividades propostas	

10. Proposta de atividades

- Pesquisa e seleção crítica de informação na Biblioteca Escolar, Municipal ou outra (livros, jornais, revistas, Internet, etc.).
- Realização de painéis, mesas-redondas, debates na turma, na escola ou em instituições da comunidade local.

- Organização e dinamização de sessões / encontros nas escolas, com a participação de especialistas e de atores sociais.
- Realização de fóruns de discussão.
- Participação em atividades solidárias.
- Promoção de visitas de estudo.
- Dramatizações e simulação de papéis.
- Dinamização de exposições, concursos e outros eventos sobre temáticas diversas.
- Produção de materiais de divulgação e sensibilização.
- Realização de jogos de dinâmicas de grupo e de promoção de competências pessoais e sociais.
- Produção/ visionamento/ divulgação de filmes, peças de teatro ou outras formas de expressão.

11. Metodologia

A turma/professor, em articulação com o Conselho de Turma, deverá abordar quatro áreas temáticas ao longo do primeiro, do segundo e do terceiro ciclo. O grau de exploração de cada tema deve estar de acordo com a maturidade e desempenho das turmas, de forma a que as aprendizagens sejam significativas.

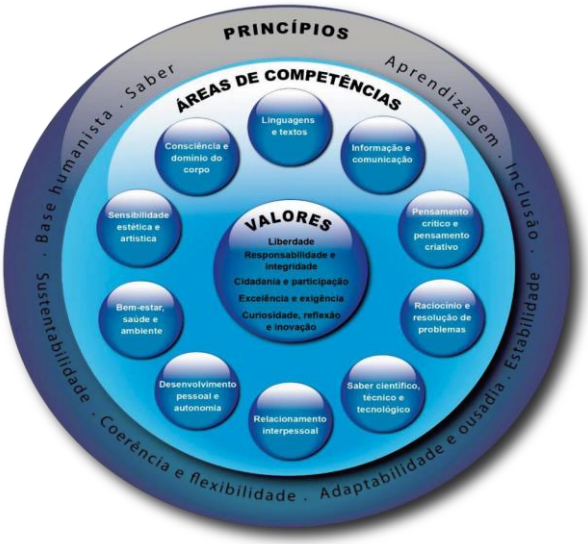
A planificação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento deve ter em conta as atividades a desenvolver pela turma, bem como as outras disciplinas e áreas disciplinares. O professor desta disciplina, regra geral o Diretor de Turma, poderá convidar docentes da escola de outros grupos de docência, mediante a prática de coadjuvação e se for, de facto, útil.

A celebração de protocolos e parcerias com entidades exteriores à escola, promovendo a abertura da escola ao meio que representa, poderá revelar-se muito importante para o desenvolvimento das aprendizagens anteriormente referidas, nomeadamente a que contempla a participação em instâncias da comunidade, assim como em projetos de solidariedade e de intercâmbio.

A Cidadania e Desenvolvimento deve ser perspetivada, em articulação e em resposta aos objetivos definidos no Projeto Educativo e no Plano de Inovação, em função dos interesses, necessidades e problemas específicos da turma, da escola e da comunidade educativa. É passível desenvolver, neste âmbito, três tipos de projetos:

Projetos Autónomos	Projetos de Escola	Projetos de Comunidade
• iniciativa da turma; • intervenção nessa mesma turma.	• iniciativa da turma e/ou de uma estrutura; • intervenção na escola; • possibilidade de envolver mais de uma turma ou ciclo.	• iniciativa da turma e/ou de uma estrutura; • intervenção na comunidade; • possibilidade de envolver mais de uma turma ou ciclo.

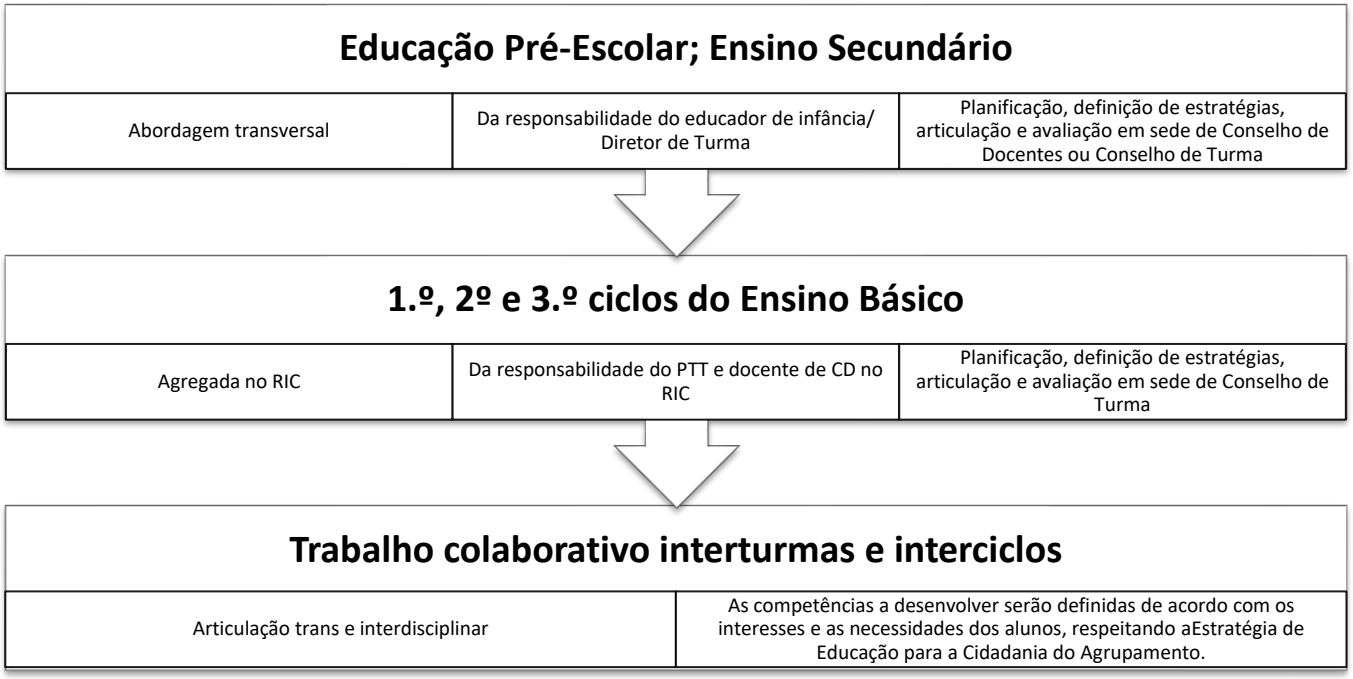
A abordagem aos diferentes domínios deverá privilegiar o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, tal como inscrito no esquema concetual da Figura.



Esquema concetual do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

A abordagem dos diferentes domínios é desenvolvida não só na **componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento (incluída nos RIC)** através da conceção e implementação de atividades a realizar em contexto de sala de aula e de projetos autónomos, de escola e/ou de comunidade, mas também é passível de ser desenvolvida através de diferentes **modalidades de aprendizagem vivencial em contexto escolar e comunitário**, tais como:

- Voluntariado;
- Ações de solidariedade;
- Atividades de apoio à inclusão na escola/comunidade;
- Atividades de participação democrática na escola/comunidade;
- Serviço comunitário;
- Estágio;
- Trabalho de campo;
- Outras.



Metodologia do Trabalho de Projeto (RIC) – ensino indireto – inserida numa perspetiva construtivista e progressiva da aprendizagem.

Aprendizagem pela Descoberta (RIC) – método indutivo – o docente apresenta exemplos que os alunos trabalham até encontrar as inter-relações:

- ✓ facilita a descoberta por parte do aluno;
- ✓ apela à sua intuição, imaginação e criatividade;
- ✓ envolve o aluno na construção do seu próprio conhecimento.

Aprendizagem Cooperativa (RIC) – trabalho a pares ou em grupos heterogéneos – os alunos trabalham juntos com dois objetivos:

- ✓ cooperar para maximizar a sua aprendizagem e a aprendizagem dos restantes elementos do grupo;
- ✓ cooperar para aprenderem a trabalhar em grupo e a ser solidários.

Aprendizagem Significativa (RIC) – o produto final privilegia experiências reais de participação, intervenção e de vivência da cidadania.

12. Distribuição letiva

Uma aula de 50 minutos semanais.

13. Áreas Temáticas[2]

Tal como se referiu anteriormente, a CD será desenvolvida no âmbito dos RIC e dos PIC (Projetos de Integração Curricular, no secundário), pelo que as temáticas estão incluídas em cada RIC e PIC:

		RIC 1	RIC2	RIC3	RIC4
Nome /Tema		**Eco Cozinha Pedagógica**	**Nós e a Europa**	**Entr'Artes**	**Jogos Olímpicos 2040**
Pré-Escolar e 1º ciclo		Direito ao Ambiente e à Saúde, com Sustentabilidade	Direitos Humanos e Interculturalidade	Os Media e a formas de Comunicação	Igualdade de Género Segurança rodoviária
5º ano	tema	**Direito ao Ambiente e à Saúde, com Sustentabilidade**	**Literacia financeira e educação para o consumo**	**Os Media e a formas de Comunicação**	**Igualdade de Género Segurança rodoviária**
	Prof.	230; 260/620	200;240	200/220/300; 240;250	200/220/300;260/620;550
6º ano	tema	**Saúde e Sexualidade**	**Instituições e participação democrática**	**Liberdade e Paz**	**Direitos Humanos e Interculturalidade**
	Prof.	230; 260/620;220	200;240	200;240	200/220; 260/620;550
7º ano	tema	**Risco**	**Segurança, Defesa e Paz**	**Liberdade e Paz**	**Fair Play**
	Prof.	200;520/510;260/620	220; 300; 600/240/250	220;300;600;240/250	400;420;300/330; 260/620
8º ano	tema	**Direito ao Ambiente, com Sustentabilidade**	**Literacia financeira e educação para o consumo**	**Os Media e a formas de Comunicação**	**Igualdade de Género Segurança rodoviária**
	Prof.	520/510;260/620;550	200;600/240/250;330	330;600/240/250	200/400/420;260/620
9º ano	tema	**Saúde e Sexualidade**	**Instituições e participação democrática**	**Liberdade e Paz**	**Direitos Humanos e Interculturalidade**
	Prof.	520/510;260/620;330	300;400;600/240/250	210;330;600/240/250	420;300/330; 260/620

PIC

10º ano	Segurança e Riscos Naturais
11º ano	Direito ao Ambiente, Segurança, Defesa e Paz; Literacia financeira e educação para o consumo
12º ano	Direito à Saúde, Bem-estar animal e Voluntariado
CP	Empreendedorismo e o Mundo do Trabalho (nas suas vertentes económica e social)

[2] As áreas temáticas indicadas constituem-se como uma ferramenta de trabalho não vinculativa. De forma alguma se pretende uma abordagem exaustiva de todos os temas sugeridos

14. Sugestões curriculares

ÁREAS TEMÁTICAS	OBJETIVOS E DESCRITORES
Cidadania e direitos humanos **Exercício da cidadania**	**Compreender que o exercício da cidadania implica direitos e responsabilidades inerentes à vida em sociedade** • Conhecer e defender os direitos fundamentais consagrados nos principais documentos relativos aos direitos humanos – Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção dos Direitos da Criança, Convenção Europeia dos Direitos. • Refletir sobre qualquer discriminação baseada, designadamente, na "ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, orientação sexual, incapacidade ou idade. • Conhecer formas de organização políticas democráticas (Portugal, União Europeia). • Saber exercer a cidadania digital de forma mais consciente e segura. **Compreender a cidadania no espaço escola** • Conhecer os diferentes órgãos de administração e gestão da Escola. • Conhecer o Regulamento Interno e o Projeto Educativo da Escola. • Participar na vida da Escola e observar, no seu quotidiano, leis e regras, e assumir direitos e deveres consoante os níveis de decisão.
Educação para a igualdade de género	**Compreender a importância da igualdade de género** • Refletir sobre discriminações baseadas no género, implícitas ou explícitas. • Valorizar cada indivíduo em função, exclusivamente, das suas capacidades e qualidades.
Educação intercultural	**Compreender a multiculturalidade no mundo contemporâneo** • Discutir os conceitos de identidade territorial, cultura, etnia, língua, religião; técnicas, usos e costumes, aculturação, globalização, racismo, xenofobia e multiculturalismo. • Explicar de que forma a língua, a religião, a arte, os costumes, a organização social são fatores de identidade cultural. • Relacionar o respeito pelos direitos humanos com a construção de sociedades inclusivas. • Problematizar as consequências da globalização, tanto na unidade cultural como na afirmação da diversidade cultural mundial
Educação para a solidariedade	**Promover os valores basilares da solidariedade** • Identificar diferentes práticas de ação voluntária. • Sensibilizar os cidadãos para a importância e o valor da solidariedade. • Desenvolver ações de solidariedade a nível local.
Educação do consumidor **Consumismo e publicidade**	**Compreender os mecanismos da sociedade de consumo** • Refletir sobre a sociedade de consumo, os mecanismos de organização do mercado, a emergência do estatuto de consumidor e o seu desequilíbrio na lógica da oferta e da procura. • Saber identificar os problemas dos consumidores na sociedade atual. • Tomar consciência da influência que os meios de comunicação e a publicidade exercem na criação de necessidades. • Aprender a descodificar as mensagens publicitárias que incitam ao consumo de produtos como condição para a obtenção de prestígio, autoestima, felicidade e integração num grupo. • Desenvolver atitude crítica face à promoção do consumo excessivo de produtos de marca através da publicidade.

Consumo responsável	**Compreender a importância do consumo responsável** • Refletir sobre hábitos e atitudes de consumo responsável desenvolvendo sensibilidade e atitude crítica perante o consumo. • Descobrir que as decisões de compra não são tomadas de forma neutra, e que influenciam o ambiente. • Descobrir alternativas de compra ecológica e socialmente responsáveis. • Conhecer as componentes do lixo e a possibilidade de o reduzir, reutilizar ou reciclar. **Conhecer os direitos e as responsabilidades do cidadão-consumidor** • Conhecer os direitos e os deveres enquanto consumidor. • Saber identificar os elementos informativos que lhe permitem conhecer o produto (rótulos, livros de instruções, mensagens publicitárias, etc.). • Saber em que situações poderá reclamar, como e quais os meios para o fazer. • Conhecer as instituições a que poderá recorrer em caso de reclamação.
Educação financeira	**Saber planear e gerir o orçamento familiar** • Compreender a diferença entre o necessário e o supérfluo. • Distinguir as necessidades de longo prazo das de curto prazo. • Distinguir, exemplificando, consumos que proporcionam uma satisfação imediata de consumos cuja satisfação é mais duradoura. • Compreender que gastar mais do que o necessário pode comprometer a satisfação de necessidades no futuro, exemplificando situações. • Reconhecer criticamente a compra por impulso. • Identificar as diferentes fontes de rendimento (salários, rendas, pensões, subsídios, donativos, rendimentos de capital e outras remunerações). • Distinguir despesas fixas de despesas variáveis. • Estabelecer a relação entre rendimento e despesas, evidenciando a noção de saldo. • Elaborar um orçamento, identificando rendimentos e despesas e apurando o respetivo saldo. • Estabelecer prioridades consistentes com determinado rendimento. • Distinguir entre rendimento bruto e líquido, calculando o rendimento líquido a partir do bruto e vice-versa, dados os impostos e as contribuições para a segurança social. • Tomar decisões tendo em conta que o rendimento é limitado. • Identificar possíveis situações inesperadas que podem afetar o rendimento familiar. • Compreender a necessidade de constituição de um fundo de emergência no orçamento familiar. • Elaborar um orçamento familiar que contemple a constituição de um fundo de emergência.
Educação para o empreendedorismo	**Compreender o empreendedorismo** • Compreender os conceitos "empreender", "empreendedor", "empreendedorismo", "marketing", • "Custo", "resultado", etc... • Conhecer os fatores inerentes à criação e implementação de uma ideia de negócio. • Desenvolver uma ideia de negócio (produto ou serviço).
Educação para a saúde e sexualidade e para os afetos (De acordo com o PESES)	**Promover uma cultura de respeito e responsabilidade no campo da sexualidade** • Contribuir para decisões informadas e saudáveis sobre a sua sexualidade e os seus relacionamentos afetivos. • Conhecer comportamentos de risco na sexualidade, suas consequências no curto e longo prazo (nomeadamente a gravidez não desejada, o VIH e outras Infeções Sexualmente Transmissíveis). • Sensibilizar para comportamentos de proteção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais, nomeadamente as veiculadas pela Internet.

Educação alimentar	**Compreender a importância de adotar regimes alimentares saudáveis** • Conhecer dietas alimentares equilibradas, com destaque para a dieta mediterrânica. • Compreender a influência da família, dos pares, dos *media* e da tecnologia nas escolhas alimentares. • Analisar as consequências dos regimes alimentares desequilibrados.
Saúde física e mental	**Compreender a saúde como um bem precioso que todos desejamos e devemos promover** • Contribuir para uma tomada de consciência da responsabilidade individual a nível da saúde. • Fomentar hábitos de vida saudável. • Promover a relação Escola – Família, Escola – Centro de Saúde e/ou outras instituições/recursos comunitários. **Compreender a importância de adotar comportamentos saudáveis** • Conhecer fatores associados ao consumo nocivo de tabaco, álcool e outras drogas. • Conhecer as diferentes substâncias, as categorias e as consequências físicas, emocionais e sociais do seu uso abusivo. • Conhecer diferentes tipos de violência (*bullying*, abuso verbal, violência física, violência psicológica, violência doméstica, violência nos relacionamentos afetivo-sexuais) e estratégias de prevenção associadas (comportamentos verbais e não-verbais, gestão de conflitos, empatia, conhecimento dos recursos disponíveis na comunidade, entre outras).
Educação para o risco	**Proteção civil: Conhecer os principais objetivos e a estrutura da Proteção Civil entidades e objetivos** • Conhecer a organização da Proteção Civil: aos níveis municipal, distrital, regional e nacional. • Identificar os agentes da Proteção Civil (Bombeiros, Forças de Segurança, Forças Armadas, Autoridade Marítima, Autoridade Aeronáutica, INEM, Sapadores Florestais, etc.). • Descrever as situações em que intervêm os agentes da Proteção Civil. • Identificar as entidades cooperantes da Proteção Civil. • Distinguir o papel de cada entidade e as situações em que colaboram com a Proteção Civil. • Compreender as funções da Proteção Civil na ocorrência de acidente e de catástrofe. **Conhecer a importância do cidadão na Proteção civil** • Interiorizar o dever de colaborar com as autoridades que trabalham para o bem-comum. • Compreender os riscos individuais e coletivos. • Conhecer as medidas de autoproteção face a uma situação de emergência, em função da natureza de cada tipo de risco. • Compreender as obrigações individuais face a uma situação de emergência. • Saber contactar as entidades adequadas à situação (112, Bombeiros, Forças de Segurança, Serviços de Saúde, Centro de Informação Antivenenos). • Desenvolver comportamentos de prevenção adequados à situação em casa e na escola (fechar torneiras de segurança de gás, eletricidade, etc.). • Saber identificar e utilizar um estojo de primeiros socorros.
Riscos naturais: sismos	**Conhecer as causas e as suscetibilidades dos sismos** • Conhecer o conceito de sismo. • Explicar a formação de um sismo com base na dinâmica interna da Terra. • Distinguir escala de *Richter* de escala de *Mercalli.* • Identificar o risco sísmico de Portugal e da região onde a escola se localiza. **Distinguir os principais efeitos** • Identificar os efeitos dos sismos. **Compreender as medidas de autoproteção** • Identificar as medidas apropriadas à situação de sismo. • Saber aplicar as regras de autoproteção.

Segurança de pessoas e bens	**Conhecer o conceito e as causas dos incêndios em edifícios e habitações** • Identificar as principais causas dos incêndios em edifícios e habitações. • Conhecer as vulnerabilidades de cada tipo de edifício (casa, escola, etc.) **Conhecer as medidas de autoproteção** • Conhecer e adotar comportamentos adequados em caso de incêndio em edifícios. • Conhecer o Plano de Emergência da Escola. • Identificar e utilizar meios para extinção de incêndios.
	Conhecer o conceito e as causas dos acidentes de tráfego • Identificar as características que indiciam um acidente de tráfego. • Distinguir as diferentes tipologias de acidentes de tráfego, nomeadamente rodoviário, ferroviário, fluvial/marítimo ou aéreo. **Saber como atuar em situações de acidentes de tráfego** • Conhecer as medidas adequadas a uma situação de acidente de tráfego de acordo com cada uma das tipologias. • Saber agir em situação de acidente de tráfego. **Saber como evitar o acidente de tráfego** • Conhecer e adotar comportamentos adequados à circulação e ao atravessamento de ruas enquanto peão. • Identificar e adotar comportamentos adequados enquanto passageiro de automóvel ligeiro ou de transporte coletivo. • Identificar e adotar comportamentos adequados e seguros enquanto condutor (de bicicleta). • Conhecer os sinais de trânsito. • Respeitar as ordens das autoridades enquanto peão, passageiro e condutor. **Conhecer o conceito e as causas dos acidentes de tráfego** • Identificar as características que indiciam um acidente de tráfego. • Distinguir as diferentes tipologias de acidentes de tráfego, nomeadamente rodoviário, ferroviário, fluvial/marítimo ou aéreo. **Saber como atuar em situações de acidentes de tráfego** • Conhecer as medidas adequadas a uma situação de acidente de tráfego de acordo com cada uma das tipologias. • Saber agir em situação de acidente de tráfego. **Saber como evitar o acidente de tráfego** • Conhecer e adotar comportamentos adequados à circulação e ao atravessamento de ruas enquanto peão. • Identificar e adotar comportamentos adequados enquanto passageiro de automóvel ligeiro ou de transporte coletivo. • Identificar e adotar comportamentos adequados e seguros enquanto condutor (de bicicleta). • Conhecer os sinais de trânsito. • Respeitar as ordens das autoridades enquanto peão, passageiro e condutor.
Educação ambiental para a sustentabilidade	**Promover valores de mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente** • Compreender a necessidade de preservar o património natural e promover o desenvolvimento sustentável. • Compreender o papel da cooperação internacional na preservação do património natural e na promoção do desenvolvimento sustentável. • Compreender a necessidade de adotar medidas coletivas e individuais com vista ao incremento da resiliência e ao desenvolvimento sustentável.

15. PASSAPORTE/CERTIFICADO DO ALUNO

A participação em órgãos da escola e as atividades e projetos em que o aluno participa ao longo do seu percurso escolar, desde o 1.º ano até ao 12.º ano de escolaridade, devem ser registados no Passaporte do Aluno, anualmente, pelo Professor Titular ou Diretor de Turma. Não deverão ser inscritos no Passaporte do Aluno os projetos em que este participou e não tenha demonstrado uma participação satisfatória ou positiva. No final do Ensino Básico Geral e do Ensino Secundário, o Passaporte do Aluno servirá de suporte para o registo das atividades e projetos no Certificado de Conclusão destes níveis de ensino.

15.1 A quem compete identificar e selecionar as atividades e projetos que vão ficar inscritos no Passaporte e a constar do certificado?

Compete ao Diretor de Turma e ao respetivo conselho de turma, no âmbito do processo de avaliação do desenvolvimento e concretização dos projetos realizados pelos alunos, nomeadamente, os projetos desenvolvidos no quadro da Estratégia de Educação para a Cidadania aprovada pelo Agrupamento, identificar e registar aqueles em que a participação do aluno assume maior relevância na sua formação pessoal e social e ou na comunidade educativa.

15.2 Quantos projetos vão ficar inscritos no Passaporte e no Certificado?

- Ensino Básico Geral - por cada ano de escolaridade há lugar à inscrição de um a três registos, com o limite global de nove projetos para este nível de ensino, devendo ser dada prioridade aos projetos desenvolvidos no âmbito da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento.
- Ensino Secundário - por cada ano de escolaridade há lugar à inscrição no certificado de um a quatro registos, com o limite global de 12 projetos para este nível de ensino, devendo ser dada prioridade aos projetos desenvolvidos no âmbito da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento.
- Sempre que da avaliação do conselho de turma resultarem projetos a registar em número superior aos limites fixados é ouvido o aluno e encarregado de educação no processo de seleção dos projetos.

15.3 Que projetos vão ficar inscritos no Passaporte e, concomitantemente, no Certificado de Conclusão destes níveis de ensino?

- Projetos desenvolvidos no âmbito da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento;
- Atividades e projetos, desenvolvidos no âmbito da escola, relativos a atividades ou projetos, designadamente culturais, artísticos, desportivos, científicos e no âmbito do suporte básico de

vida, entre outros de relevante interesse social ou que contribuam para a sua formação pessoal e social (ex: projetos de voluntariado; projetos de cooperação; concursos nos quais tenham uma distinção, menção honrosa ou prémio, como o Desporto Escolar, Olimpíadas, projetos Erasmus; representação da turma, escola, agrupamento em conferências, palestras; Mentoria entre Pares, ou projetos na área artística, entre outros);

- A representação dos alunos em órgãos da escola, como delegado de turma, membro da associação de estudantes ou representante dos alunos nos Conselhos Gerais, também será mencionada nos certificados e diplomas, atestando-se o envolvimento proativo dos estudantes na vida da escola;
- Projetos identificados no protocolo celebrado ao abrigo do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 69/2019, de 26 de fevereiro, e que constem do portefólio do aluno, no ensino individual e no ensino doméstico.
- Como o agrupamento adota, no seu plano de inovação, a criação ou fusão de disciplinas, também essa identificação será feita, para uma clara referência do envolvimento dos alunos em projetos curriculares diferenciados.
- Os alunos que, por terem medidas específicas para a inclusão, beneficiam de planos individuais de transição, verão também reconhecido o trabalho realizado na passagem da escola para a vida ativa.
- Os diplomas dos alunos estarão ligados ao Passe Jovem, do Instituto Português do Desporto e Juventude, registando também a participação em atividades extraescolares, agregando num único documento as atividades desenvolvidas tanto no âmbito da educação formal, como da educação não formal.
- A partir deste momento, todo o processo de emissão de certificados e diplomas é desmaterializado e digital.

15.4 Critérios de Elegibilidade - Como identificar e selecionar as atividades e projetos?

- Devem ser identificados e selecionados as atividades e projetos considerando não só os critérios de elegibilidade descritos anteriormente, mas também:
  - ✓ A previsão da atividade ou do projeto nos documentos orientadores do Agrupamento;
  - ✓ O caráter continuado da participação na atividade ou no projeto;
  - ✓ A relevância da atividade ou do projeto na formação pessoal e social do aluno e ou na comunidade educativa.

15.5 Critérios de Elegibilidade - No âmbito da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, que projetos vão ficar inscritos no Passaporte?

Será registada, no Passaporte, a participação do aluno em Projetos Autónomos, de Escola e de Comunidade que tenham relevante interesse social ou que contribuam para a sua formação pessoal e social e que respeitem, cumulativamente, as seguintes orientações:

- Os projetos devem envolver ativamente os alunos (resolução de problemas, aprendizagem com base em investigação e metodologia de projeto) e exigir um pensamento reflexivo que implique, por um lado, uma análise crítica pelo aluno e, por outro, a apresentação de estratégias de intervenção ou soluções para problemas identificados na turma, na escola, na comunidade, na sociedade.
- Os projetos devem ser exequíveis, implementados no contexto e ter uma intervenção/ impacto positivo na turma, na escola ou na comunidade.
- Os temas deverão desenvolver os domínios da Estratégia de Educação para a Cidadania, incidir, quando possível, sobre um ou mais dos domínios obrigatórios e cruzar, sempre que relevante, com os domínios não obrigatórios.

16. PRINCÍPIOS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

- Simples e não burocrático.
- Promotor de trabalho colaborativo, de reflexão e de partilha de (boas) práticas, através da autoavaliação.
- Indutor da reorientação ou redefinição de processos e estratégias, através do acompanhamento e da monitorização periódica e de final de ano.
- Articulação com o Projeto Educativo e o Observatório da Qualidade do Agrupamento.

A escola, no âmbito da sua autonomia, é responsável pela **monitorização e avaliação da sua Estratégia de Educação para a Cidadania**, definindo a metodologia a aplicar e os indicadores de impacto, nomeadamente, na cultura escolar, na governança escolar e na relação com a comunidade. A avaliação da estratégia deverá estar articulada com o respetivo processo de autoavaliação.

	Até janeiro	3.º Período	4.º Período
Educador/ Professor Titular/ Docente de Cidadania/RIC/ Diretor de Turma em articulação com o Conselho de Ano/Turma	Final do Período: - Grelha de monitorização/ avaliação do impacto da Cidadania e Desenvolvimento (Excel/ CLASSROOM) - Grelha de monitorização do PES (Excel/CLASSROOM) - Grelhas de Avaliação Final de Período de Cidadania e de Projeto - 2.º e 3.º Ciclos (arquivar na Equipa de Cidadania no CLASSROOM)	Final do Período: - Grelha de monitorização/ avaliação do impacto da Cidadania e Desenvolvimento (Excel/CLASSROOM) - Grelha de monitorização do PES (Excel/CLASSROOM) - Grelhas de Avaliação Final de Período de Cidadania e de Projeto - 2.º e 3.º Ciclos (arquivar na Equipa de Cidadania no CLASSROOM)	Final do Período: - Grelha de monitorização/ avaliação do impacto da Cidadania e Desenvolvimento (Excel/CLASSROOM) - Grelha de monitorização do PES (Excel/CLASSROOM) - Grelhas de Avaliação Final de Período de Cidadania e de Projeto - 2.º e 3.º Ciclos (arquivar na Equipa de Cidadania no CLASSROOM)
	Ao longo do ano letivo: - Registo dos domínios, temas e subtemas abordados no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento e do PES (ata e/ou Plano de Turma); - Registo da participação dos alunos em atividades/projetos (ata e/ou Plano de Turma).		
Equipa de Coordenação de Cidadania e Desenvolvimento/PES	Início do período: - Plano de Ação de Cidadania e Desenvolvimento/PES.	- Balanço intermédio das atividades desenvolvidas.	- Grelha de Monitorização do Plano de Ação; - Balanço e Relatório Final da Cidadania e Desenvolvimento/ PES.
	Ao longo do ano letivo: - Acompanhamento e apoio aos docentes responsáveis pela implementação da Cidadania e Desenvolvimento e do PES; - Supervisão do Plano de Ação; - Análise e tratamento dos dados das atas de Conselho de Ano/Turma; - Análise e tratamento dos dados das grelhas de monitorização e avaliação do impacto. - Balanço intermédio e final das atividades desenvolvidas.		

Programa aprovado em Conselho Pedagógico – 04/09/2023

17. Documentos Internacionais e Nacionais de Referência a Nível Internacional

União Europeia:

- Declaração de Paris (Declaração sobre a Promoção da Cidadania e dos Valores Comuns da Liberdade, Tolerância e Não-discriminação através da Educação, de 17 de março de 2015)

Conselho da Europa:

- Carta sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos
- Competências para uma Cultura da Democracia. Viver juntos em igualdade em sociedades democráticas culturalmente diversas

ONU/UNESCO:

- ONU – Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 dezembro, 1948)
- ONU – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2016-2030
- UNESCO – Educação para a Cidadania Global: preparar os aprendentes para os desafios do século XXI (2014)

A Nível Nacional:

- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020
- Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020
- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014 -2017
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2010-2015
- Plano Estratégico da Segurança Rodoviária 2016-2020 – PENSE 2020
- Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020.

Sítios na internet

Assembleia da República

http://www.parlamento.pt/Paginas/default.aspx

http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx

Governo de Portugal

http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Pages/Inicio.aspx

Presidência da República Portuguesa

http://www.presidencia.pt/

Tribunal Constitucional

http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/home.html

Portal da União Europeia

http://europa.eu/index_pt.htm

Parlamento Europeu

http://www.europarl.europa.eu/pt/headlines/

Comissão Europeia

http://ec.europa.eu/index_pt.htm

Conselho da Europa

http://www.coe.int/lportal/web/coe-portal

Organização das Nações Unidas

http://www.un.org/
Declaração Universal dos Direitos Humanos
http://www.portugal.gov.pt/PT/GC19/PORTUGAL/SISTEMAPOLITICO/DUDH/Pag
es/DeclaracaoUniversaldosDireitosHumanos.aspx
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
http://www.unesco.pt/cgi-bin/home.php
Food and Agriculture Organization das Nações Unidas
http://www.fao.org/
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
http://www.oecd.org/
Organização Mundial de Comércio
http://www.wto.org/indexsp.htm
Organização Internacional do Trabalho
http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm#a4
Biblioteca virtual da Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
(DGIDC)
http://www.dgidc.min-edu.pt/bibliotecadigital/
Educação para a Saúde
http://sitio.dgidc.min-edu.pt/saude/Paginas/default.aspx
Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES) (2007). Relatório Final
http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaosaude/index.php?s=directorio&pid=107
Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES) (2005). Relatório Preliminar
http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaosaude/index.php?s=directorio&pid=107
Regime de Fruta Escolar
www.drec.min-edu.pt/default.aspx?verconteudo=1051
Plataforma Contra a Obesidade - Direção-Geral da Saúde
www.plataformacontraaobesidade.dgs.pt/
Direção-Geral da Saúde
www.dgs.pt/
Instituto da Droga e da Toxicodependência
www.idt.pt/
Diretório do Álcool
www.directorioalcool.com.pt/
Literacia Social
www.ledonvalues.org/
Faculdade de Motricidade Humana
www.fmh.utl.pt/
Coordenação Nacional para a Infeção VIH/sida
www.sida.pt/
www.acs.min-saude.pt/pt/infeccao-vihsida/
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

www.cig.gov.pt/

Publications - SHE *Schoolsforhealth.eu*

www.schoolsforhealth.eu/index.cfm?act...tid..

Organizações Não-Governamentais (ONG)

Amnistia Internacional - Portugal

http://www.amnistia-internacional.pt/

Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para 8

Desenvolvimento .

www.plataformaongd.pt/

(APEDI) Associação de Professores para a Educação Intercultural

dir.apedi@gmail.com

Associação para o Planeamento Familiar

www.apf.pt

Civitas - Associação para a Proteção e Defesa dos Direitos dos Cidadãos

www.civitas.pt/

Comissão Nacional Justiça e Paz

www.cnjp.ecclesia.pt/

Conselho Nacional de Juventude

www.cnj.pt/

Fórum de Cidadania - Participação ativa e direta do cidadão na política com opiniões e artigos

www.forumcidadania.org/

O Instituto de Apoio à Criança

www.iacrianca.pt/

ICE - Instituto das Comunidades Educativas

www.cetrad.info/?action=parceiros/viewPartner&id=4

OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento

www.oikos.pt/

BIBLIOGRAFIA

FONSECA, A. M. (2003). *Formação cívica: Guia de orientação para o ensino básico*. Porto: Porto Editora.

RICHARDSON, M. (2007) Assessment in citizenship. In L. Gearon (Ed.) *A practical guide to teaching citizenship in the secondary school*. New York: Routledge.

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO/INFORMAÇÃO

Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória
https://dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/perfil_do_aluno.pdf